

Sant'Anna pede sugestões práticas para o Governo

O ex-ministro da Saúde, deputado Carlos Sant'Anna, que presidiu ontem o debate sobre **Reformulação do Sistema Nacional de Saúde** na 8ª Conferência Nacional de Saúde, espera que os participantes do evento não fiquem só no diagnóstico dos males hoje existentes, a seu ver já amplamente divulgados, "mas extraiam conclusões que possam ser levadas ao Governo e aplicadas imediatamente, quer a nível de mensagem ao Congresso, quer através de sugestões à Assembléia Nacional Constituinte".

Carlos Sant'Anna, que foi o responsável pela organização da 8ª Conferência Nacional de Saúde enquanto ministro, é o autor da proposta de criação de um sistema único de saúde, que foi recomendado para os primeiros 100 dias do Governo da Nova República. Um resultado prático desta proposta foi a transferência da CEME (Central de Medicamentos) para o Ministério da Saúde. Em seguida deveria ir o Inamps, mas aí algumas autoridades acharam que era recomendável discutir melhor a proposta, principalmente junto aos usuários do sistema.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde foi aberta ao público com este objetivo, mas outras questões têm que ser debatidas junto com a proposta de transferência. A principal delas é que o Inamps é financiado com a contribuição dos trabalhadores, e se a saúde passar a ser uma obrigação do Estado, ele terá que financiá-lo sozinho. Mas Carlos Sant'Anna está convencido de que é isso que deve ocorrer, com o Ministério de Saúde coordenando todas as políticas de saúde hoje existentes e a serem criadas com a reformulação do sistema.

O custo deste sistema unificado é a preocupação de um dos debatedores de ontem, Adib Jattene, membro da Comissão de

Ensino Médico do Ministério da Educação. Ele reconhece que a proposta de unificação do sistema de saúde é irreversível, uma vez que já é consenso, mas acha que ele não pode ser implantado sem que se providencie um esquema financeiro que permita a sua sustentação definitiva, sem traumas.

"O importante do sistema unificado é que ele esteja onde está a população, ou seja, que sejam com struídas unidades de atendimento onde o povo possa ir a pé. Isto significa uma grande despesa, e aí está o problema", disse Adib. Ele imagina possível a criação de recursos vinculados para fazer o atendimento pelo menos primário das necessidades de saúde da população, e não orçamentos anuais.

E mais ou menos o que pensa o presidente do Inamps, Hésio de Albuquerque Cordeiro. Para ele, não interessa para onde vai o órgão, e sim se ele terá recursos para prestar à população um atendimento integrado e descentralizado. "Nossa posição é de fortalecimento da proposta de unificação e descentralização do sistema, e uma das formas de se fazer isso é ampliando os poderes dos Estados e Municípios, através da reforma tributária, e democratizando a participação do povo na definição das políticas de saúde", disse.

Hésio Cordeiro esclareceu também que a idéia de unificação não deve ser entendida como um único órgão centralizando todas as ações de saúde. Ao contrário, é com a centralização de decisões que se quer acabar. "Queremos um órgão único centrado no Governo Federal, mas com uma direção para cada região ou Estado, de acordo com a sua realidade. E mais ou menos o que já está sendo feito com as Ações Integradas de Saúde (AIS), só que com recursos próprios".